

**EDv nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.705.989 - RS
(2017/0191596-0)**

EMBARGANTE : EDUARDO ANTÔNIO CANHA

ADVOGADOS : EDUARDO VITORIA DORNELLES E OUTRO(S) -
RS060490

MARIANA BISOL GRANGEIRO - RS074236

EMBARGADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROCURADOR : MARLISE FISCHER GEHRES E OUTRO(S) - RS050819

DECISÃO

Trata-se de embargos de divergência interpostos por Eduardo Antônio Canha, com fundamento no art. 266 e seguintes do RISTJ e arts. 1.043 e 1.044, ambos do CPC/2015, apresentando como acórdão recorrido o abaixo ementado:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. INOVAÇÃO RECURSAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA À COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE. TESE NÃO VENTILADA OPORTUNAMENTE. IMPOSTO DE RENDA. BENEFÍCIOS PAGOS ACUMULADAMENTE. MATÉRIA DECIDIDA EM RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO À SISTEMÁTICA DO ART. 543-C DO CPC. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I – Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - A tese relativa à ofensa à coisa julgada foi apresentada apenas quando da interposição do agravo regimental, o que configura inadmissível inovação recursal e impede o conhecimento da insurgência, em decorrência da preclusão consumativa.

III – Esta Corte, ao julgar o Recurso Especial n. 1.118.429/SP, submetido ao rito do art. 543-C, firmou entendimento segundo o qual o Imposto de Renda incide sobre os benefícios pagos acumuladamente e deve ser calculado de acordo com as tabelas e alíquotas vigentes à época em que os valores deveriam ter sido adimplidos, observando a renda auferida mês a mês pelo segurado, não sendo legítima a sua cobrança com base no montante global pago extemporaneamente.

IV – Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

V – Honorários recursais. Não cabimento.

VI – Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da

manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VII – Agravo Interno improvido.

No presente recurso, a recorrente alega que deve ser apreciada a questão de ofensa à coisa julgada por ser questão de ordem pública, podendo ser suscitada a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição.

Adiante a embargante afirma que o acórdão recorrido está em dissonância com a jurisprudência apresentada no julgamento do REsp n. 617.081/PR, julgado pela Primeira Turma, com composição diversa daquela constante no julgamento do acórdão embargado e abaixo ementado, *verbis*:

TRIBUTÁRIO. AÇÃO REVISIONAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PARCELAS ATRASADAS RECEBIDAS ACUMULADAMENTE. VALOR MENSAL DO BENEFÍCIO ISENTO DE IMPOSTO DE RENDA. NÃO-INCIDÊNCIA DA EXAÇÃO.

1. O pagamento decorrente de ato ilegal da Administração não constitui fato gerador de tributo.

2. O imposto de renda não incide sobre os valores pagos de uma só vez pelo INSS, quando o reajuste do benefício determinado na sentença condenatória não resultar em valor mensal maior que o limite legal fixado para isenção do referido imposto.

3. A hipótese *in foco* versa o cabimento da incidência do imposto de renda sobre proventos de aposentadoria recebidos incorretamente, por isso que, à luz da tipicidade estrita, inerente ao direito tributário, impõe-se a manutenção do acórdão recorrido.

4. O Direito Tributário admite na aplicação da lei tributária o instituto da equidade, que é a justiça no caso concreto. Ora, se os proventos, mesmos revistos, não seriam tributáveis no mês em que implementados, também não devem sê-lo quando acumulados pelo pagamento a menor pela entidade pública. Ocorrendo o equívoco da Administração, o resultado judicial da ação não pode servir de base à incidência, sob pena de sancionar-se o contribuinte por ato do Fisco, violando os princípios da Legalidade e da Isonomia, mercê de cancelar o enriquecimento sem causa da Administração.

5. O aposentado não pode ser apenado pela desídia da autarquia, que negligenciou-se em aplicar os índices legais de reajuste do benefício. Nessas hipóteses, a revisão judicial tem natureza de indenização, pelo que o aposentado deixou de receber mês a mês.

6. Recurso especial desprovido.

Requer o provimento dos embargos para fazer prevalecer o entendimento sufragado no acórdão paradigma e consequente reforma da decisão proferida pela Primeira Turma no acórdão recorrido.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, no tocante à afirmada necessidade de observância à coisa julgada, afastada pelo acórdão recorrido, diante da sua apresentação extemporânea, verifica-se que o recorrente não indicou dissídio jurisprudencial apto ao confronto, estando, portanto, em desacordo com as previsões do art.

266 do RISTJ, o que inviabiliza essa parcela recursal.

No mérito, verifica-se que a matéria deduzida no presente recurso foi conhecida e julgada pelo Supremo Tribunal Federal, em repercussão geral, no RE n. 614.406, Tema n. 368/STF, ocasião em que ficou definido o mesmo posicionamento contido no acórdão recorrido, no sentido de que "o Imposto de Renda incidente sobre verbas recebidas acumuladamente deve observar o regime de competência, aplicável a alíquota correspondente ao valor recebido mês a mês, e não a relativa ao total satisfeito de uma única vez".

Nesse panorama, apresenta-se incidente o óbice contido na Súmula n. 168/STJ, *in verbis*:

Não cabem embargos de divergência quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, *a*, e 266-C, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente os embargos de divergência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator